

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH)
Departamento de Educação

**Programas de inclusão digital, linguagens hipermidiáticas da Ciberultura
e processos formativos: estudo exploratório da rede pública de Telecentros
da cidade de São Paulo**

Autoria: Tamires Menezes Sobral

Orientação: Dra. Lucila Pesce

Instituição: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Titulação Acadêmica: Graduanda do curso Ciências Sociais Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) com pesquisa em desenvolvimento pelo Departamento de Educação.

São Paulo,
2018

Título:

Programas de inclusão digital, linguagens hipermidiáticas da Ciberultura e processos formativos: estudo exploratório da rede pública de Telecentros da cidade de São Paulo

Resumo:

O presente artigo consiste em breve exposição bibliográfica sobre o conceito de inclusão digital e se apresenta como resultado parcial de uma pesquisa que visa ampliar o mapeamento de programas de Inclusão Digital brasileiros através de um estudo exploratório da Rede Municipal de Telecentros da cidade de São Paulo. Partindo de um histórico de sua concepção e análise das contradições do programa dentro da esfera pública, busca elencar suas potencialidades como espaço fomento à inclusão digital enquanto processo de formação e empoderamento de grupos sociais. Busca, através de análise qualitativa apontar os esvaziamentos de seus usos enquanto espaço de formação.

1. Introdução**Exclusão Social e Inclusão Digital: uma introdução**

O processo de desenvolvimento tecnológico traz consigo uma reação dialética. Com ele, são postas às sociedades novas reconfigurações nos processos de socialização. Rita Migliora (2015) afirma que as mediações tecnológicas da comunicação “reconfiguram o papel desempenhado pelas instâncias socializadoras” (MIGLIORA, 2015), onde a chegada das novíssimas tecnologias afetam a estrutura das relações sociais e entre os indivíduos, e essas mudanças se dão desde mundo do trabalho e organização da produção à socialização primária.

Considerando a chegada da rede mundial de computadores, seu desenvolvimento e expansão na virada do século XXI, tais reconfigurações agem na forma de um “metaprocessos” (MIGLIORA, 2015), onde o desenvolvimento tecnológico acontece de forma acelerada e, por conta disso faz com que as pessoas que não dispõem do acesso a tais

tecnologias fiquem cada vez mais apartadas da assimilação de conhecimento pelo uso (SILVEIRA, 2003).

Teixeira (2010), tendo como base a análise do Mapa da exclusão digital no Brasil (FGV, 2003) evidencia, frente a enorme exclusão da população periférica afastada dos grandes centros urbanos e mesmo dentro destes até então não possuía acesso à Internet. A cabo de que submissão de grupos sociais a exclusão digital passa a não mais a caracterizar apenas exclusão social, mas também tornar-se “uma de suas principais mantenedoras” (TEIXEIRA, 2010, p.39). O autor afirma a residência do processo de inclusão digital na *forma* e não à aspectos quantitativos.

A internet se difere dos meios de comunicação anteriores pela possibilidades não apenas de recepção, mas também de emissão de conteúdo a todos que a ela tiverem acesso. Todo usuário da rede pode ser tornar um emissor, além de seu caráter transnacional (SILVEIRA, 2008). O termo “cibercidadania” (SILVEIRA, 2008) é utilizado para se referir à união e relação entre cibercultura e o pleno exercício da cidadania na contemporaneidade. Tal entendimento evidencia a impossibilidade de os sujeitos sociais imersos neste processo de transformação obterem o pleno exercício da cidadania, se afastando das práticas sociais que se colocam através dos recursos midiáticos digitais. O domínio da linguagem digital torna-se então uma controversa ponte: a mediação da rede em processos de socialização torna-se uma barreira para os que não detém o acesso e/ou não a dominam, caracterizando assim uma exclusão em duplo e amplo caráter.

Silva, Jambreiro e Lima (2005) afirmam que a inclusão digital é efetiva na medida em que vai além do acesso à informação nos meios digitais - ainda que, no Brasil o acesso ainda seja uma realidade que ainda exclui grande parte da população¹. Para os autores, então, a inclusão digital se dá através do processo de reelaboração do conhecimento - olhar que é muito sensível aos usos para causas e demandas comunitárias e de participação democrática.

¹ Segundo relatório PNAD de 2016, de 179,4 milhões de pessoas com 10 anos ou mais no Brasil, 64,7% utilizaram a Internet pelo menos uma vez nos 90 dias que antecederam à data de entrevista nos domicílios pesquisados ao longo do último trimestre de 2016. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens.html> [último acesso em 01/09/2018]

Um período ampliação de políticas públicas de inclusão digital e de medidas que tornassem sua promoção uma aliada em um processo de inclusão social (CARDOSO & SANTOS, 2009) iniciou-se no Brasil durante a década de 2000. Porém, este processo de alargamento do acesso através do barateamento de tecnologias digitais e de acesso à internet perpassou e perpassa o uma integração via e para o consumo para que aconteça, e este fato gera uma nova gama de problemáticas.

O uso da Internet pautados pelas chaves de acesso e consumo retroalimentam um processo de pseudoinclusão. Segundo Lemos (2008), um processo de inclusão digital deve potencializar um processo de inclusão social e, por este motivo demanda contribuições ainda mais complexas do que apenas o acesso - o que não tira o mérito de medidas de sua ampliação nas camadas mais carentes da sociedade brasileira, mas que podem significar reais riscos à própria manutenção destas garantias quando elas vem descoladas dos modelos de inclusão digital acima citados. .

“Assim, propomos o alargamento do conceito de inclusão digital para uma dimensão reticular, caracterizando-o como um processo horizontal que deve ocorrer a partir do interior dos grupos com vistas ao desenvolvimento de cultura de rede, numa perspectiva que considere processos de interação, de construção de identidade, de ampliação da cultura e de valorização da diversidade, para, desde uma postura de criação de conteúdos próprios e de exercício da cidadania, possibilitar a quebra do ciclo de produção, consumo e dependência tecnocultural.” (TEIXEIRA, Adriano Canabarro. Inclusão digital: novas perspectivas para a informática educativa. Ijuí : Ed. Unijuí, 2010 - p. 40)

Tal alargamento no conceito de inclusão, se não propiciado, condiciona os usos da internet para o consumo de massa e, aponta os usuários como receptores passivos, podendo assim possibilitar uma reafirmação de desigualdades e apartar os usuários de processos tanto utilitários quanto socioculturais da internet. Mas nos debruçaremos a partir daqui no papel dos Telecentros como mediadores deste conceito de inclusão digital na cidade de São Paulo.

2. Objetivos

O estudo busca aprofundar a incursão no campo da inclusão digital e contexto dos processos formativos através das linguagens hipermidiáticas da cibercultura mediante a uma pesquisa

exploratória da rede pública municipal de Telecentros da cidade de São Paulo (2001 - 2017) e assim:

Aprofundar a revisão de literatura sobre três campos conceituais, sendo estes: linguagens hipermidiáticas da Ciberultura, inclusão digital, empoderamento.

Desenvolver leituras e análises sobre a relação entre inclusão social e inclusão digital, buscando perceber como o objeto em tela articula-se às práticas e aos conceitos trabalhados.

Proceder à análise dos sítios eletrônicos do programa em tela e elaborar um relato analítico da experiência formativa da graduanda, no supracitado programa.

Verificar em que medida o programa em tela contribui para o crescimento da utilização das linguagens hipermidiáticas, por seus usuários, e de que modo estas práticas culturais articulam-se ao empoderamento desses sujeitos sociais.

Metodologia

O projeto de pesquisa ergue-se em meio à abordagem qualitativa, considerando a intenção em contemplar ao menos duas das cinco características da pesquisa qualitativa em educação delineadas por Bogdan & Biklen (1999), sendo essas: ênfase na descrição e tendência a analisar os dados de forma indutiva.

O estudo busca aprofundar a incursão no campo da inclusão digital e contexto dos processos formativos através das linguagens hipermidiáticas da cibercultura mediante a uma pesquisa exploratória da rede pública municipal de Telecentros da cidade de São Paulo (2001 - 2017). O dito estudo parte de um mapeamento conceitual de Inclusão Digital, Inclusão Social, TICs e Políticas Públicas dentro de estudos referentes a Telecentros, e busca analisar o programa paulistano através de abordagem metodológica dialética, que justifica-se por reconhecer que o fenômeno deve ser percebido no seu contexto social e histórico, a fim de perceber suas aplicações, mudanças e permanências, além de verificar sua influências nos cotidianos e ciberespaços (LEVY, 1999), seu potencial em processos de formação e inclusão digital em bairros periféricos da cidade de São Paulo.

Ao elucidar pressupostos para a pesquisa qualitativa em ciências humanas, Chizzotti afirma:

“A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma

interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.” (CHIZZOTTI, A. Pesquisas em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1998. p.79)

Portanto, partimos do pressuposto de que as concepções epistemológicas, interpretativas e subjetivas dos pesquisadores caminham junto à análise do fenômeno investigado. Além do que, busca-se perceber como as condições sociais e históricas são afloradas nas contradições do objeto. O projeto de pesquisa intenciona desvelar as contradições do fenômeno em tela, procurando evidenciar, na pesquisa exploratória, recorrências, mudanças e permanências, bem como seus limites e possibilidades.

As coletas de dados realizadas possuem um recorte temporal entre os anos de 2001, ano de implantação do programa na cidade de São Paulo até 2017, extraídos dos sítios eletrônicos da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo, Repositório Institucional UNESP e plataforma do Google Acadêmico, além dos sítios da Prefeitura de São Paulo.

Das três metas de pesquisa estabelecidas em seu projeto, o item primeiro que consiste na caracterização do programa em tela, mediante identificação dos órgãos de fomento, seu histórico, abrangência, público-alvo, objetivos e setores envolvidos já foi completada. Já a segunda meta da pesquisa, que consiste na organização e análise dos dados coletados, com vistas a evidenciar as contradições do fenômeno (os programas e seus desdobramentos na formação de professores), suas recorrências e singularidades, permanências e mudanças, limites e possibilidades ainda se encontram em processo de desenvolvimento até a submissão deste artigo.

A literatura especializada muito se respalda em estudos de caso e de programas de inclusão digital que fazem uso de Telecentros, porém até o presente momento não foram encontrados estudos exploratórios sobre a *rede municipal* de São Paulo, pioneira no modelo.

Telecentros e Inclusão Digital: dos países escandinavos à Cidade Tiradentes

Os Telecentros - ou uma ideia de modelo - surgem como centros de atendimento coletivo e acessibilidade tecnológica a internet em países como Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia a partir de 1985. Darelli (2003) os define como:

“Centro de atendimento coletivo que oferece serviços, em regime de parcerias, aos diversos segmentos da sociedade da área urbana e da área rural, utilizando facilidades de telecomunicações e de informática e atuando como agente de desenvolvimento econômico, político e sócio-cultural.”²
(DARELLI, 2003, p. 26).

Pautado no modelo europeu e sua categorização, a definição de Telecentros feita por Darelli costura uma série de objetivos que contemplam os escritos sobre inclusão digital: uma política pública que deslumbra possibilidades para um processo de inclusão em um país continental como o Brasil. Câmara (2005) em sua dissertação de mestrado para a UFMG na área de Ciência da Informação, apresenta os potenciais de inclusão digital dos Telecentros com o estudo comparado entre duas experiências do modelo no Estado de Minas Gerais, sendo uma no contexto urbano e a outra no contexto rural. Câmara faz uma digressão acerca da história da informação, visto a interdisciplinaridade de seu papel para o desenvolvimento no mundo conectado.

Cardoso e Santos (2009) elaboram discussões acerca de desenvolvimento local e inclusão digital através de um estudo empírico no semi-árido de Minas Gerais que conta com baixos índices socioeconômicos e apresentam, com o objetivo de mensurar os avanços da inclusão digital no país, o Mapa da Inclusão Digital publicado em 2007 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Chamam de PIDs os Pontos de

² DARELLI, L. E. Telecentro como instrumento de inclusão digital para o e-gov brasileiro. Florianópolis: Telesc, 2003. p. 26

Inclusão Digital Elencados pelo IBICT, onde tinha-se cadastrados 16.722 PIDs ao ano de 2007, dos quais o *número majoritário* estava no Estado de São Paulo, seguidos por Minas Gerais e Pernambuco.

A Prefeitura de São Paulo inaugurou seu primeiro Telecentro no ano de 2001 no Distrito de Cidade Tiradentes, bairro carente do extremo leste da capital paulista. Sua gestão e implementação se deram através da criação extinta da Secretaria Municipal de Comunicação e Informação Social na pasta da Coordenação Geral de Governo Eletrônico, a quem cabiam responsabilidades de fomento ao acesso dos munícipes à informações de órgãos ligados à Prefeitura. Além de ser responsável pela implementação de uma rede municipal de Telecentros, a lei 13.166 de 05 de Julho de 2001³ estabelece como deveres da prefeitura a divulgação de prestações de contas públicas, gestão de serviços eletrônicos para a população e a coordenação de políticas públicas que visassem a ampliação da cidadania e participação através do uso da internet. Para tal, a coordenação do Governo Eletrônico da cidade de São Paulo possuía um comitê consultivo com representantes de diversas pastas da administração da cidade.

O sociólogo brasileiro e militante da área de inclusão digital, tecnologia e software livre Sérgio Amadeu Silveira foi um dos responsáveis pela elaboração e mapeamento do programa Telecentros, além de compor a equipe da coordenação do Governo Eletrônico. Em Entrevista ao Jornal Folha de São Paulo em Agosto de 2001⁴, Amadeu afirmou que os Telecentros seriam implantados em bairros cujos índices de Desenvolvimento Humano (IDH) fossem baixos para que assim estes espaços contribuíssem com o desenvolvimento local.

O primeiro passo do programa foi levar a estes distritos mapeados as tecnologias que, até então, passavam longe do alcance da população. A Prefeitura de São Paulo afirma que em 2001, ano de implementação do Programa na cidade, apenas 9% da população possuía computador com acesso à internet em suas residências. Este número de certo é um indicador

³ O documento pode ser consultado na íntegra em:
http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=05072001L%20131660000 [ultimo acesso em 18/06/2018]

⁴ Matéria completa pode ser conferida em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1208200106.htm> [ultimo acesso em 18/06/2018]

do sucesso e demanda instantâneos do programa. Sua primeira unidade, localizada no bairro do extremo leste Cidade Tiradentes, detendo 20 computadores desktop de uso público e gratuito, além da oferta de cursos de informática que formou 300 usuários em suas primeiras turmas, além de obter uma lista de espera de mais de 4.000 pessoas.

Para a expansão do programa, a prefeitura estabeleceu parcerias com entidades comunitárias e de terceiro setor que já possuísem trabalhos nas comunidades em que seriam implantados, onde a prefeitura ofertava equipamentos e estrutura às entidades e estas faziam a gestão do local, além de ceder as instalações para receber o equipamento público. Esta modalidade de Telecentros, denominados indiretos já alcançaram o número mais 100 unidades em sua primeira década e contavam com atividades comunitárias de fomento à comunicação como oficinas de jornalismo, campeonatos de jogos online e confecções de zines pelos usuários e formandos de cursos e oficinas. Os Telecentros de administração direta contavam com um leque de cursos e atividades mais voltadas ao aprendizado prático de informática, programação e uso da rede mundial de computadores, além de se instalarem em estruturas desativadas da prefeitura, bibliotecas e posteriormente nos Centros Educacionais Unificados.

Os Telecentros na cidade já alcançaram a marca de mais de 300 unidades, tornando-se uma expansão de acesso à computadores e internet em localidades periféricas. Sua gestão ao longo dos 17 anos de história do programa já esteve nas possuíu condições distintas de operação: o caso mais recente sendo da gestão pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, onde capacitava Agentes de Inclusão Digital para serem multiplicadores de cursos e oficinas. O IDORT teve o contrato suspenso pelo Tribunal de Contas do Município, acarretando assim no fechamento das então 260 unidades de Telecentros no ano de 2014.

Em 2013 estabeleceu-se através da Lei 15.764/2013, a Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital com o intuito de gerir e implantar serviços de

conectividade e internet na cidade de São Paulo⁵ e a nova fase marcou projetos como as Praças Digitais de Wi-fi Livre e os Laboratórios de Fabricação Digital entraram na rota do plano de inclusão da Prefeitura, colocando os Telecentros, ainda sendo o projeto com maior orçamento dentro da pasta, fora dos holofotes.

A partir de Julho de 2014, com o rompimento do contrato de gestão com o IDORT, os Telecentros passaram a ser administrados diretamente pela Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital, a CCCD, sendo progressivamente reabertos com as categorias de coordenação direta operando apenas dentro dos Centros Unificados de Educação e Bibliotecas municipais e sendo gestados por uma cooperação intersecretarial entre as pastas de Serviços, Cultura e Educação e, os de coordenação indireta mediados por entidades conveniadas com a prefeitura. As formas de contratação também foram readequadas com a quebra do contrato com o Instituto, onde as unidades de administração direta contam ainda hoje com beneficiários do Programa Operação Trabalho instituído através da lei 3.178 de 2001⁶, que consiste em uma re-inserção de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social ao mercado de trabalho.

Considerações Finais

A revisão de literatura acerca de conceitos de inclusão digital se reafirmam e complementam na medida em que existe um consenso sobre as possibilidades da ampliação da prática deste conceito e sua importância num processo de diminuição de desigualdades e ampliação do exercício da cidadania. E, neste contexto os Telecentros surgem como o ambiente mais propício para a efetivação deste conceito: espaços públicos de convivência dentro de comunidades periféricas que dispõe de equipamento de informática com acesso à internet e pessoal capacitado para o processo de formação em prol das demandas locais. O melhor dos mundos, diria. As possibilidades de projeções para esse tipo de política pública são múltiplas, porém, o Programa contou com uma série de descasos com o processo da

⁵ A legislação e suas implicações podem ser conferidas na íntegra em:

http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=28052013L%20157640000 [último acesso em: 20/06/2018]

⁶ A legislação pode ser consultada na íntegra em:

http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=11032004D%20444840000 [último acesso em 05/09/2018]

ampliação cidadã desses espaços. É possível apontar duas contradições fundamentais: a) a permanência da pauta sobre inclusão digital enquanto processo de formação da cibercidadania e emancipação tecnológica e b) a inconsistência do programa na manutenção deste processo.

As potencialidades de processos formativos e de proposição de atividades formativas nas unidades da cidade têm sido progressivamente deixadas de lado ao decorrer de sua existência. Muitos destes encontram-se dentro de Centros de Educação Unificados e Bibliotecas e seus usos se dão também por usuários destes equipamentos. O contínuo esvaziamento de usos e de a decaída de investimentos em capital humano e de formação de profissionais têm sido uma constância tanto na análise documental, quanto nos relatos analíticos de minha experiência com o Programa em três níveis: como Agente de Inclusão Digital, trabalhando na ponta do processo; como parte da equipe burocrática da gestão dos Telecentros junto à Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital e como proponente credenciada a utilizar estes espaços para oficinas de formação. A demanda se mantém e cresce e a oferta de atividades e de capacitação dos Agentes de Inclusão é, dentro das unidades diretas, inexistente, salvos trabalhos comunitários pontuais.

Referências Bibliográficas:

BECHARA, Marcelo. A inclusão digital à luz dos direitos humanos. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2005. São Paulo, 2006.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1999.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Inclusão digital como invenção do cotidiano: um estudo de caso. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 325-342, Aug. 2008. Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000200010&lng=en&nrm=iso>. access on 10 May 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000200010>.

CASSINO, João. “Conectividade e Inclusão Digital na Prefeitura de São Paulo (2013-2016)” [online], São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/Balanco.pdf> [último acesso em 19/06/2018]

DARELLI, Lúcio Eduardo. Telecentro como instrumento de inclusão digital para o e-gov brasileiro. Florianópolis: Telesc, 2003.

CHIZZOTTI, A. Pesquisas em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

CRUZ, Irandy Marcos da. Iniciativas de inclusão digital: um estudo sobre o programa de telecentros comunitários da cidade de São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.12.2007.tde-30012008-111224. Acesso em: 2018-05-10.

LIMA, Gilson; FURTADO, Vivian. Política pública dos telecentros e prevenção da violência. Sociologias, Porto Alegre, n. 20, p. 192-223, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222008000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 10 May 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222008000200009>.

MATUDA, Fernanda Guinoza. Telecentro comunitário como espaço de educação social: um estudo de caso. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.48.2009.tde-05112009-142550. Acesso em: 2018-05-10.

MIGLIORA, Rita. “Jovens de escolas públicas: percepção das habilidades no uso do computador e da internet”. In: Anais da XXXVI I Reunião Anual da ANPED: PNE: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira, Florianópolis, UFSC, 2015. Disponível em:

<http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT16-4415.pdf> [último acesso em 20/06/2018]

NEVES, Barbará Coelho; COUTO, Edvaldo Souza. Convergência de recursos e mediação para inclusão digital: casos baianos. Educ. rev., Curitiba , n. 46, p. 245-257, Dec. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000400017&lng=en&nrm=iso>. access on 10 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602012000400017>.

SANCHES, Wilken. “A superação do modelo?”. Revista ARede nº 99 –julho/agosto de 2014 [online], São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.revista.arede.inf.br/site/edicao-n-99-julho-agosto-2014/7029-conexao-social-a-superacao-de-um-modelo> [último acesso em 20/06/2018]

SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson (org.) Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas. São Paulo/ Salvador: Casa da Cultura Digital/ Edufba, 2012.

SANTOS, Caroline Queiroz; CARDOSO, Ana Maria Pereira. Inclusão digital e desenvolvimento local. Transinformação, Campinas , v. 21, n. 1, p. 7-22, Apr. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862009000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 10 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-37862009000100001>.

Silveira, S.A. Software livre e inclusão digital. São Paulo: Conrad, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. “Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública”, in:*Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias de poder*. Nelson De Luca Pretto (Org). Sérgio Amadeu da Silveira (Org) [online]. Salvador: EDUFBA, 2008.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 72, p. 101-117, July 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 10 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002005000200006>

PREFEITURA DE SÃO PAULO, Secretaria de Governo. "Política Municipal de Gestão de TICs", 2006. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Pref_de_Sao%20Paulo-Politica_e-Gov_e_TIC_1252097408.pdf [último acesso em 19/06/2018]

PREFEITURA DE SÃO PAULO, Lei nº 13.166 de 05 de Julho de 2001. Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=05072001L%20131660000 [último acesso em 19/06/2018]

PREFEITURA DE SÃO PAULO, Secretaria de Negócios Jurídicos. Lei nº 15.764 de 27 de Maio de 2013. Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=28052013L%20157640000 [último acesso em 19/06/2018]

FREE SOFTWARE FOUNDATION. “A Filosofia do Projeto GNU”. [online]. Disponível em <https://www.gnu.org/philosophy/free-sw.pt-br.html> [último acesso em 20/06/2018]

PRETO, Nelson; BONILLA, Maria Helena (orgs.). Inclusão digital: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/4859/1/repositorio-Inclusao%20digital-polemica-final.pdf>

INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação Social. "Prefeito de São Paulo quer Windows em Telecentros Municipais" [online]. São Paulo, 2007 <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=19621> [último acesso em 20/06/2018]

TEIXEIRA, Adriano Canabarro. Inclusão digital: novas perspectivas para a informática educativa. Ijuí: Ed. Unijuí, 2010